



ORIENTE MÉDIO

O futuro sobre a mesa

Autoridades israelenses estudam partilha de supervisão da Faixa de Gaza com países árabes e EUA. Em troca, o Estado judeu exigiria a normalização das relações diplomáticas com a Arábia Saudita. Especialista avalia proposta como "inevitável"

» RODRIGO CRAVEIRO

Em uma demonstração de que a diplomacia caminha ao lado das bombas, o governo de Israel estaria discutindo um plano no qual o Estado judeu ofereceria a partilha da supervisão da Faixa de Gaza a uma coalizão de países árabes, entre eles Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Os Estados Unidos também se envolveriam nesse processo. A informação, divulgada pelo jornal *The New York Times*, fornece o primeiro vislumbre sobre o futuro do território palestino depois que os bombardeios cessarem.

O principal obstáculo está na resistência de políticos da extrema direita israelense e, principalmente, na provável oposição de facções palestinas à participação direta de Israel no pós-guerra. O gabinete de Benjamin Netanyahu espera utilizar o plano para barganhar a normalização das relações diplomáticas com a Arábia Saudita.

A proposta de Israel é recebida com ceticismo por especialistas em Oriente Médio — uma das críticas é o fato de ela não contemplar um caminho para a criação do Estado palestino. Em entrevista concedida ao **Correio**, em 8 de abril, Basem Naim, chefe do Departamento Político do movimento fundamentalista Hamas na Faixa de Gaza, advertiu que "o dia seguinte à guerra tem que ser um dia dos palestinos". "O povo palestino é maduro o bastante para decidir por si mesmo, para escolher sua liderança e sua agenda política. O Hamas é parte do tecido social e político palestino", sublinhou o líder do Hamas.

O plano israelense prevê que a coalizão entre países árabes, o Estado judeu e os Estados Unidos apontariam lideranças de Gaza para recuperar o território devastado e preservar a ordem. Em um prazo de sete e 10 anos, os palestinos teriam a permissão para decidir, por meio de referendo, se aceitam um governo unificado para Gaza e Cisjordânia. Enquanto isso não ocorrer, as Forças de Defesa de Israel (IDF) seguiriam operando dentro de Gaza.

Para David Simon, diretor do Programa de Estudos do Genocídio



Crianças transitam em rua devastada pelos bombardeios israelenses, na Cidade de Gaza: após a guerra, a difícil missão de controlar o território

dio da Universidade Yale, em New Haven (Connecticut), a participação de países árabes na reconstrução da Faixa de Gaza será inevitável. Ele alertou que os palestinos não confiarão em Israel para controlar o território, assim como o governo de Netanyahu não acreditará nos palestinos. "É necessário algum tipo de força externa, e certos Estados árabes podem ser os únicos intervenientes possíveis com credibilidade suficiente. Não sei se os palestinos aceitariam tal proposta", afirmou ao **Correio**, por e-mail.

O especialista de Yale admite que a eventual supervisão compartilhada de Gaza é "um dos poucos caminhos plausíveis a seguir". "O Irã, no entanto, continuaria a desempenhar um papel de 'estraga-prazeres', a não ser que receba algum tipo de concessão", previu.

Ceticismo

Professor aposentado de história da Universidade Libanesa Americana, Habib Malik disse à



Garoto diante de corpos de familiares mortos por Israel, em Rafah

reportagem que a opção de partilha de responsabilidades sobre Gaza não é levada a sério por Netanyahu. "O premiê deixou claro que Israel será a única autoridade no comando de Gaza depois de o Hamas ser desalojado do poder. Talvez essa opção de divisão de

comando possa ser considerada no futuro, não agora", observou. Malik ressaltou que a "supervisão" poderia guardar um arranjo no qual Israel permaneceria como a principal autoridade em Gaza, enquanto as nações árabes teriam participação limitada.

"A ideia parece muito nebulosa e embrionária."

Para Kenneth Roth, ex-diretor executivo da organização não governamental Human Rights Watch (HRW), a proposta israelense é um "cálculo de veneno" que provavelmente não será aceito. "A oferta vem no momento em que Netanyahu se recusa a considerar ou começar a negociar a criação de um Estado palestino. Em outras palavras, ele visualiza uma ocupação sem fim e um governo sob o regime do apartheid e pretende que os países árabes assumam o papel de coocupantes. Isso somente disseminará o ódio do povo palestino", afirmou, por e-mail.

Richard Falk, professor de direito internacional da Universidade de Princeton, denuncia que Israel deseja uma salvaguarda para prosseguir com a governança de Gaza. Ele lembrou que Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos mais se opõem ao Hamas e ao Irã do que a Israel. "Eles temem pela própria estabilidade em relação a atores isla-

mitas populistas. Essa realidade é reforçada pelo fato de a maioria das populações árabes apoiar fortemente a luta dos palestinos por direitos básicos. Esses países também se opõem às táticas genocidas empregadas em Gaza", explicou ao **Correio** o relator especial da ONU para a Palestina Ocupada entre 2008 e 2014.

Em paralelo aos planos sobre o futuro de Gaza, uma notícia divulgada pelo jornal *The Times of Israel* sinalizou como uma perspectiva de paz parece distante. Os EUA rejeitaram um plano que buscava viabilizar a criação de um Estado palestino. A proposta, elaborada em conjunto pela AP, Catar, Arábia Saudita, Jordânia e Emirados Árabes Unidos, incluía o reconhecimento imediato da ONU e da comunidade internacional de um Estado palestino; a retirada das forças israelenses de Gaza em até três semanas; a transferência do governo do território para a AP; e a conclusão de uma negociação, em até 180 dias, para a libertação de todos os presos palestinos.

Eu acho...

Tony Fiorini



"Israel tem mantido tensas conversas com países aliados há meses. Em grande parte, Netanyahu optou por ignorar a insistência diplomática para aliviar o impacto da sua campanha em Gaza. Os recentes protestos em universidades dos Estados Unidos e de outras nações, assim como a perspectiva de um mandato de prisão contra autoridades israelenses, deixaram claro que a estratégia de 'nós contra o mundo' não é viável a longo prazo. Israel precisa dos seus amigos para sobreviver. Por isso, precisa começar a escutá-los um pouco mais."

David Simon, diretor do Programa de Estudos do Genocídio da Universidade Yale

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

AMÉRICAS PRIMEIRO

O Brasil recebeu quase US\$ 10 bilhões em investimento estrangeiro direto no mês de março. É o maior valor para março nos últimos 12 anos. Dias atrás também foi divulgado relatório da OCDE que aponta que, em 2023, o Brasil foi o segundo maior receptor de investimento estrangeiro direto do mundo. Em um ambiente de contração global do investimento estrangeiro direto, o Brasil só ficou atrás dos Estados Unidos no tocante ao total de dinheiro recebido do exterior para compra, expansão ou abertura de negócios no país. Em terceiro lugar, veio o Canadá e, algumas posições depois, o México, demonstrando que o continente americano está bem posicionado no contexto atual de investimentos privados globais.

Um termo típico dos tempos

atuais é o de nearshoring. O conceito implica que o investimento enviado para a produção de bens e serviços no exterior seja destinado preferencialmente a países "próximos". Tal proximidade é medida tanto em termos de distância física, quanto em termos de afinidade, ou distância cultural.

Nos Estados Unidos de hoje, há quem defenda que a mensuração do tal grau de afinidade ou distância cultural possa ser medido objetivamente. Aponta-se, por exemplo, para a possibilidade de se avaliar a semelhança institucional entre os países, bem como o padrão de votação dos países nas Nações Unidas. Ainda que o segundo critério possa mesmo produzir contagens um tanto quanto objetivas, o primeiro critério é razoavelmente

subjetivo. Entende-se por instituições como sendo "as regras do jogo, escritas e tácitas", segundo a definição do prolífico pensador ganhador do Prêmio Nobel de Economia Douglass North, que faleceu aos 95 anos, em 2015.

North, a propósito, visitou o Brasil numa missão oficial que se deu entre o lançamento da proposta da "Aliança para o Progresso", pelo então presidente Kennedy, e seu início oficial na conferência de Punta del Este, em agosto de 1961. North veio entender especificamente o funcionamento da Sudene. Memina dos olhos de Celso Furtado, a instituição foi dedicada para a Região Nordeste, que estava àquela época capturando a atenção da grande imprensa americana por conta das Ligas Camponesas no contexto global da Guerra Fria e suas

implicações na América Latina.

Guardadas as devidas proporções, na cabeça de muitos, os tempos atuais têm um quê daqueles tempos em que estavam muito aguçadas as preocupações acerca da afinidade ideológica entre Brasil-URSS-EUA. De todo modo, a história está aí para se aprender com ela e não para ser repetida. Inclusive porque tal período histórico de acirramento da rivalidade entre dois pólos não foi nada benéfico para a América Latina. Mas, no contexto atual, não devemos chegar a tanto.

O que sabemos é que, até aqui, países como o México estão surfando nessa onda de privação do nearshoring para empresas que querem produzir mais em conta e ainda assim fornecer para o mercado estadunidense. São muitas as empresas que estão trocando seus investimentos da China para o México. A própria China tem realizado

investimentos no México com esse intuito.

Por outro lado, a boa performance do Brasil na atração de investimentos estrangeiros nesse cenário conturbado ainda se dá principalmente pela atratividade do mercado interno brasileiro e do Mercosul, num contexto de melhor estabilidade governamental.

Sendo assim, falta ainda uma estratégia de maior conexão do Brasil a cadeias globais de valor que forneçam produtos e serviços de maior valor agregado aos Estados Unidos, por exemplo. Isso seria bem-vindo, mas é uma negociação delicada, como vem se mostrando a claudicante negociação com a União Europeia. Some-se a isso o potencial de confusão do possível retorno de Trump à Presidência. O candidato republicano dias atrás afirmou seu desapeço pelo nível de proteção que o Brasil mantém para seu mercado, citando

especificamente o caso dos automóveis. Assim, o Brasil, que precisava melhor se organizar para exportar carros para os EUA, como faz o México aos montes, corre o risco de acabar pressionado para servir de escape para a produção americana. Será necessário muito jogo de cintura para navegar os anos que vêm por aí. Com ou sem Trump.

Todavia, que não se enganem os atuais mandatários de nossa vizinha Argentina, os quais parecem acreditar que com adesão irrestrita e automática a tudo que preconiza Washington, levará de fato a algum lugar melhor. Se pensarmos bem, ater-se às similaridades "das regras do jogo, escritas e tácitas" implica justamente saber bem defender seus interesses reais a fim de que seja autenticamente respeitado. Quem desconhece isso pouco conhece a personalidade das instituições dos EUA.

PAULO DELGADO, sociólogo